



Fundação de Apoio ao Desenvolvimento  
da Universidade Estadual de Londrina

**CÂMARA MUNICIPAL DE MARIALVA**  
**EDITAL Nº 001/2015**  
**DATA DA PROVA: 13/09/2015**

**CARGO:**  
**ADVOGADO**  
**(NÍVEL SUPERIOR)**

**Conhecimentos Gerais:** Questões 01 a 04; **Língua Portuguesa:** Questões 05 a 14;  
**Matemática:** Questões 15 a 20; **Conhecimentos Específicos:** Questões 21 a 50.

**LEIA AS INSTRUÇÕES ABAIXO ANTES DE INICIAR A PROVA**

1	Identifique-se na parte inferior da capa deste caderno de questões.
2	A prova terá duração de 4 (quatro) horas, incluindo o tempo de preenchimento do cartão-resposta.
3	Utilize caneta esferográfica azul ou preta no preenchimento do cartão-resposta.
4	O candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora do início das provas.
5	Este caderno de provas contém 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha (a,b,c,d).
6	Cada questão de múltipla escolha apresenta uma única resposta correta.
7	Verifique se o caderno está completo e sem imperfeições gráficas. Se houver algum problema, comunique imediatamente ao fiscal.
8	Durante a aplicação da prova é proibido qualquer tipo de consulta.
9	Este caderno de provas pode ser usado como rascunho, sendo a correção da prova feita única e exclusivamente pela leitura eletrônica dos cartões-resposta.
10	Assine o cartão resposta no local indicado.
11	Não serão computadas questões não assinaladas no cartão-resposta, ou que contenham mais de uma resposta, emenda ou rasura.
12	Ao término da prova, o caderno de questões e o cartão-resposta devem ser devolvidos ao fiscal da prova.

**Identificação do candidato**

Nome (em letra de forma)	Nº do Documento

## QUESTÕES 01 A 04 - CONHECIMENTOS GERAIS

---

01. No âmbito federal brasileiro, o poder legislativo é exercido conjuntamente pelo Senado e pela Câmara dos Deputados. Quem são, respectivamente, os atuais presidentes dessas casas?

- a) Eduardo Cunha (PT) e Romero Jucá (PMDB).
  - b) Paulo Paim (PT) e Renan Calheiros (PSB).
  - c) Romário (PSB) e Tiririca (PR).
  - d) Renan Calheiros (PMDB) e Eduardo Cunha (PMDB).
- 

02. Assinale a alternativa que apresenta o nome dado pela Polícia Federal à operação, atualmente em curso, que investiga um grande esquema de lavagem e desvio de dinheiro envolvendo a Petrobrás:

- a) Satiagraha.
  - b) Lava Jato.
  - c) Sanguessuga.
  - d) Dominó.
- 

03. A União Europeia é uma composição econômica e política internacional que conta atualmente com quase trinta Estados-membros. Quais dos seguintes países NÃO fazem parte atualmente desse organismo?

- a) Rússia e Itália.
  - b) Alemanha e França.
  - c) Portugal e Grécia.
  - d) Dinamarca e Bélgica.
- 

04. Conhecido especialmente por sua participação no planejamento de Brasília, o arquiteto brasileiro Oscar Niemeyer foi também um dos colaboradores no projeto do edifício sede da Organização das Nações Unidas. Em qual das seguintes cidades está localizado o edifício sede da ONU?

- a) Haia, nos Países Baixos.
  - b) Nova Iorque, nos Estados Unidos.
  - c) Genebra, na Suíça.
  - d) Bruxelas, na Bélgica.
- 

## QUESTÕES 05 A 14 - LÍNGUA PORTUGUESA

---

05. Assinale abaixo a única alternativa que NÃO está de acordo com a norma gramatical culta quanto à concordância nominal.

- a) As crianças estão tranquilas a dormir.
- b) É necessário autoridade para liderar.
- c) Carros de luxo custam muito dinheiro!
- d) Podemos marcar a reunião para meio-dia e meio.

06. Analise o período a seguir:

João, Fernando, você e eu \_\_\_\_\_ sair tão logo acabe o show e a multidão \_\_\_\_\_, a fim de que \_\_\_\_\_ andar com mais tranquilidade e segurança.

Assinale a alternativa que completa respectivamente as lacunas, de acordo com a norma culta da Língua Portuguesa.

- a) Poderemos; dispersem; possamos.
  - b) Poderão; dispersaram; poderíamos.
  - c) Poderemos; disperse; possamos.
  - d) Poderiam; disperse; poderíamos.
- 

07. Orações subordinadas adverbiais são aquelas que têm função de advérbio em relação à oração principal. Assinale abaixo a única alternativa em que a oração subordinada adverbial estabelece uma relação de tempo com a oração principal.

- a) Se tudo ocorrer bem, retorno hoje mesmo.
  - b) Ouvia sempre histórias horripilantes deste lugar, quando era menino.
  - c) Me preocupo apenas com uma coisa, que tudo lá esteja bem.
  - d) Parou de frente a porta, pensou melhor e desistiu.
- 

## 08. CARTA DE LEITOR

“Em relação ao editorial “Mais e melhores médicos”, devemos lembrar que a saúde pública no Brasil está jogada às baratas. Não basta só criar novas vagas nas universidades, mas, principalmente, atrair os profissionais para a rede pública, com salários dignos e condições de trabalho adequadas. Se isso não acontecer, a concentração de profissionais nos grandes centros é inevitável. É necessário parar de fazer “política na saúde”, e implementar “política de saúde”.”

*(HAC, médico. Folha de São Paulo, 11/06/2012)*

O texto acima é uma carta de leitor. Trata-se de um gênero textual, no qual se expressam opiniões e que permite aos meios de comunicação, como jornais e revistas, obterem um *feedback* de seus leitores acerca das matérias veiculadas.

Das alternativas abaixo, que versam sobre o texto lido e o gênero textual a que pertence, todas as alternativas estão corretas, exceto:

- a) Devido ao fato de que a maioria dos leitores de jornais e revistas, no Brasil, é composta de pessoas que dominam a Norma Culta da língua, esse gênero textual emprega a variedade linguística da norma-padrão (culta).

b) Na carta de leitor acima, se utiliza de um inteligente recurso linguístico: “É necessário parar de fazer “política na saúde”, e implementar “política de saúde”. Neste caso, a troca das preposições “na” e “de” altera o sentido dos termos: “política na saúde” e “política de saúde”

c) O gênero textual em questão é marcado pelo rigor científico, expressando, assim, a realidade objetiva acerca do tema abordado.

d) O leitor, em sua carta, não reprova a abertura de novas vagas de cursos de medicina nas universidades brasileiras, desde que políticas públicas atuem, no sentido de pagar salários dignos e viabilizar condições adequadas de trabalho.

---

## 09. POSOLOGIA E CONTRAINDICAÇÕES: VIDE BULA

O riso, antes restrito a piadas, comédias e conversas informais, tornou-se “assunto sério”, material de pesquisa. E, depois de muitos estudos acerca desse tema, comprovou-se a estreita ligação entre o senso de humor e a vida harmônica da sociedade: aquele que mantém o sorriso no rosto está mais apto a lidar com seus próprios problemas e a se relacionar com os outros.

Primeiramente, o bom humor afasta o desespero trazido pelos obstáculos cotidianos que a vida impõe. Frente a situações difíceis e penosas, é comum que as pessoas tenham reações incoerentes e descontroladas, como considerar tudo incontornável. Nesses casos, o riso funciona como uma luz que clareia a questão e aponta bons caminhos. Enfim, os dotados de senso de humor se mostram menos rígidos e mais pró-ativos na resolução dos problemas do dia a dia.

A segunda capacidade importante desse estado de espírito é plenamente notada nas relações interpessoais. O riso, por constituir uma linguagem universal, já representa um forte fator de aproximação; enquanto o bom humor tem papel essencial na manutenção de qualquer amizade ou “coleguismo”. Devido ao poder de flexibilidade que essa característica concede, aqueles que a possuem também costumam tolerar mais as diferenças e lidar melhor com as pessoas.

Há, contudo, limites para o humor; não se deve confundir risos descontraídos com gargalhadas maníacas e constantes. Muitas pessoas veem a vida como uma piada eterna, na tentativa de escapar dos obstáculos encontrados, e têm dificuldades para distinguir os momentos em que é preciso manter uma postura séria e lutar pelo que se deseja.

Tanto nas questões individuais quanto nas interpessoais, o bom humor tornou-se pré-requisito, pois traz consigo uma gama enorme de qualidades indispensáveis para a vida em sociedade. Deve-se apenas atentar ao “vício do riso” para não o

transformar em obsessão. Em todos os outros casos, rir é mesmo o melhor remédio e não tem contraindicações.

(*Guia do Estudante – Redação Vestibular 2008. São Paulo: Abril, 2008. p.44*)

De acordo com o texto, julgue as sentenças Falsas (F) ou Verdadeiras (V):

I. No último parágrafo, o termo “vício do riso” diz respeito à uma psicopatia desenvolvida em algumas pessoas, que exigem que todos à sua volta as tratem cordialmente, ou seja, não aceitam tratamentos ríspidos de seus colegas.

II. O bom humor não elimina, necessariamente, possíveis dificuldades nos relacionamentos interpessoais, porém, propicia maior tolerância para com o outro, o que reflete positivamente nas relações.

III. No terceiro parágrafo, na frase: “Devido ao poder de flexibilidade que essa característica concede”, o termo “essa característica” é referente ao bom humor.

IV. Ao afirmar que: “aquele que mantém o sorriso no rosto está mais apto a lidar com seus próprios problemas e a se relacionar com os outros”, o autor defende a tese de que se deve sempre sorrir, inclusive nos momentos mais difíceis da vida, pois o bom humor é uma maneira de escapar dos obstáculos.

As afirmações são, respectivamente:

a) F; V; V; F

b) F; V; F; V

c) V; V; F; V

d) F; F; V; F

---

10. A observância do correto emprego da concordância, verbal e nominal, é de vital importância na elaboração de textos redigidos na norma culta. A esse respeito, julgue as assertivas abaixo:

I. Disse ser pontual, contudo já são meio-dia e meio.

II. A porta, meio aberta, permitia ver o interior do ambiente.

III. Os cidadãos entregaram à comissão, documentos com reivindicações bastantes acerca de suas necessidades.

IV. As parcelas já estão devidamente quites.

V. Considero pouco precipitadas suas palavras.

Estão redigidas na variedade linguística da norma culta, exceto:

a) I; II; III

b) I; IV; V

c) Apenas I

d) Apenas III

11. Em Língua Portuguesa, ao redigir um texto, sobretudo na norma culta, exigida, por exemplo, em documentos oficiais, se faz necessário observar a construção coerente dos sentidos que as palavras assumem em determinado contexto. Dentre os vários cuidados na escrita, destaca-se a regência verbal, na qual, o verbo pode ou não precisar de complemento (objeto).

Assinale abaixo a alternativa que apresenta verbo transitivo, objeto direto e objeto indireto, respectivamente:

- a) Suas palavras amáveis agradaram a todos os presentes.
- b) Os executivos almoçaram após a reunião.
- c) Perdoei aos inimigos a ofensa cometida.
- d) A entidade assistencial, diariamente, distribui leite às crianças carentes.

---

## 12. ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL

### TÍTULO I

#### DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º Esta Lei institui o Estatuto da Igualdade Racial, destinado a garantir à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.

Parágrafo único. Para efeito deste Estatuto, considera-se:

I - discriminação racial ou étnico-racial: toda distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica que tenha por objeto anular ou restringir o reconhecimento, gozo ou exercício, em igualdade de condições, de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou em qualquer outro campo da vida pública ou privada;

II - desigualdade racial: toda situação injustificada de diferenciação de acesso e fruição de bens, serviços e oportunidades, nas esferas pública e privada, em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica;

III - desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais;

IV - população negra: o conjunto de pessoas que se autodeclararam pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ou que adotam autodefinição análoga;

V - políticas públicas: as ações, iniciativas e programas adotados pelo Estado no cumprimento de suas atribuições institucionais;

VI - ações afirmativas: os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades. Art. 2º É dever do Estado e da sociedade garantir a igualdade de oportunidades, reconhecendo a todo cidadão brasileiro, independentemente da etnia ou da cor da pele, o direito à participação na comunidade, especialmente nas atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, defendendo sua dignidade e seus valores religiosos e culturais.

Art. 3º Além das normas constitucionais relativas aos princípios fundamentais, aos direitos e garantias fundamentais e aos direitos sociais, econômicos e culturais, o Estatuto da Igualdade Racial adota como diretriz político-jurídica a inclusão das vítimas de desigualdade étnico-racial, a valorização da igualdade étnica e o fortalecimento da identidade nacional brasileira.

*(Estatuto da Igualdade Racial. Congresso Nacional, Brasília, 2002, p. 7-8)*

De acordo com a leitura dos três artigos do Estatuto da Igualdade Racial, acima, é correto afirmar que:

- a) A garantia de igualdade de oportunidades, independente de raça ou cor da pele é dever do Estado, estendendo-se, facultativamente, esse dever à sociedade.
- b) O Estatuto da Igualdade Racial considera, para seus efeitos legais, os programas públicos e privados que visem à correção das desigualdades raciais e a promoção da igualdade de oportunidades como ações afirmativas.
- c) São de interesse do referido Estatuto as atividades políticas, econômicas, empresariais, educacionais, culturais e esportivas, independentemente da etnia ou da cor da pele, excluindo-se deste rol o que diz respeito à religião, visto que o Brasil é um Estado laico.
- d) São considerados negros aqueles que comprovarem sua ascendência afro-brasileira por meio de documentação exigida pelo IBGE.

---

13. Assinale a alternativa na qual o pronome relativo NÃO está adequadamente empregado segundo a variedade linguística culta:

- a) Os pais cujas crianças não receberam boletim devem comparecer.
- b) Devem viajar apenas os alunos que foram classificados.
- c) Este é o aparelho do qual falei.
- d) Parecia uma briga onde ninguém entendia nada.

14. O grupo de executivos foi \_\_\_\_\_ São Paulo tratar do assunto \_\_\_\_\_ implicação diz respeito \_\_\_\_\_ documentação \_\_\_\_\_ ao e-mail enviado.

- a) a; cuja; daquela; anexada.
- b) à; em que; àquela; anexada.
- c) à; cuja; àquela; anexa.
- d) a; da qual; aquela; anexo.

#### QUESTÕES 15 A 20 - MATEMÁTICA

---

15. Uma rede de pizzarias realizou uma pesquisa em uma de suas lojas, com 300 pessoas. O resultado da pesquisa foi o seguinte: 170 pessoas gostam de pizzas salgadas, 150 gostam de pizzas salgadas e doces. Quantas foram as pessoas que responderam que gostam apenas de pizzas doces?

- a) 130
  - b) 150
  - c) 170
  - d) 20
- 

16. Cássio comprou um produto por R\$ 500,00 e quer revender em sua loja com um lucro de 20% sobre o preço de venda. Calcule o valor da venda.

- a) 600
  - b) 625
  - c) 1000
  - d) 500
- 

17. Uma bateria descarrega de acordo com a função  $A(t) = C_0 \cdot 2^{(-0,1)t}$ , sendo  $C_0$  a quantidade inicial de carga e  $A(t)$  a quantidade de carga após  $t$  horas de uso. Sabendo que a bateria está totalmente carregada, calcule o tempo para a carga da bateria se reduzir a 50% da carga inicial.

- a) 15
  - b) 25
  - c) 20
  - d) 10
- 

18. Três amigos decidem fazer um investimento, e os capitais são aplicados a juros simples: o primeiro faz uma aplicação com a taxa de 18% a.a., durante 2 anos; o segundo aplica com taxa de 1% a.m., durante 1 ano e 6 meses e o terceiro faz a aplicação à taxa de 12% a.a., durante 4 meses. Juntos, os capitais renderam juros de R\$ 6.600,00. Como o terceiro capital é o triplo do primeiro e o segundo é igual ao primeiro, o valor do terceiro capital é de:

- a) 10.000
- b) 15.000
- c) 30.000

d) 20.000

19. Em um posto de combustíveis, o litro da gasolina aditivada era vendido por R\$ 4,00 e no último mês sofreu dois aumentos sucessivos de 4%, qual será o valor final do produto?

- a) 4,32
  - b) 4,08
  - c) 4,16
  - d) 4,04
- 

20. Tendo um triângulo isósceles base igual a 18 cm e altura igual a 12 cm, calcular a área e altura relativa à base.

- a) 125 e 15
- b) 225 e 16
- c) 108 e 12
- d) 18 e 12

#### QUESTÕES 21 A 50 - CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

---

21. O sistema jurídico brasileiro é regido pelo “princípio da supremacia da constituição”, de modo que a Constituição Federal ocupa o grau máximo na relação hierárquica do ordenamento jurídico. Conseqüentemente, a Constituição Federal confere validade às demais normas jurídicas, não se admitindo a incompatibilidade vertical no interior do sistema, de modo que há métodos internos ao sistema para controle de eventual descompasso, denominado de “controle de constitucionalidade”. A respeito do tema, assinale a alternativa correta:

- a) A Emenda Constitucional n. 45/2004 (Reforma do Judiciário) ampliou a legitimação ativa para o ajuizamento da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC), igualando aos legitimados da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI).
- b) O rol de legitimados para propor a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) é diferente dos legitimados para a propositura de Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), pois se limita ao Presidente da República, Mesa do Senado Federal, Mesa da Câmara dos Deputados ou pelo Procurador-Geral da República
- c) Apenas a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) possui efeito vinculante, de modo que, mesmo havendo a declaração de constitucionalidade de uma lei ou ato normativo pelo controle concentrado, poderá haver uma posição diversa, em momento posterior e em instância inferior, no controle de constitucionalidade difuso.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal, originariamente, processar e julgar a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) de lei ou ato normativo federal ou estadual.

22. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 30, estabelece a competência legislativa dos Municípios. No inciso I do referido dispositivo constitucional, está estabelecido que será de competência dos Municípios legislar sobre “assuntos de interesse local”. Assinale abaixo a assertiva que aponta uma situação que se enquadra no conceito de “assunto de interesse local” segundo entendimento consolidado por súmula do Supremo Tribunal Federal:

- a) Os Municípios podem disciplinar o prazo de vencimento das mensalidades das instituições de ensino particulares sediadas em seu território.
- b) Os Municípios podem fixar o horário de funcionamento de estabelecimento comercial.
- c) Os Municípios podem impor sanção mais gravosa para os crimes de trânsito cometidos em seu território.
- d) Os Municípios podem legislar sobre o funcionamento dos sistemas de consórcios e sorteios, inclusive loterias.

---

23. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 31, determina que a fiscalização do Município será exercida pelos sistemas de controle externo e interno, na forma da lei. A respeito do tema, assinale a alternativa correta:

- a) A Constituição da República permite que os Municípios criem os seus próprios Tribunais, Conselhos ou órgãos de contas municipais, os quais agirão de modo autônomo e estarão incumbidos de auxiliar as Câmaras Municipais no exercício de seu poder de controle interno.
- b) O controle externo das contas municipais é prerrogativa institucional da Câmara de Vereadores, que o exercerá com o auxílio do Tribunal de Contas, cujo parecer prévio sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar poderá deixar de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Casa Legislativa.
- c) A Constituição da República permite que os Municípios criem os seus próprios Tribunais, Conselhos ou órgãos de contas municipais, mas proíbe que os Estados-membros, mediante autônoma deliberação, instituem órgão estadual denominado Conselho ou Tribunal de Contas dos Municípios.
- d) A Casa Legislativa é responsável pelo controle interno da legalidade e regularidade da atividade financeira do Prefeito, sendo o controle externo realizado pelo Tribunal de Contas do Estado ou Município, neste último caso apenas se criado antes do advento da Constituição Federal de 1988, em razão da vedação constitucional de criação de novos Tribunais de Contas Municipais.

24. O Tribunal de Contas, ao realizar a análise das contas públicas, emitirá parecer prévio, com o objetivo de apontar eventuais irregularidades encontradas e indicar as providências de ordem corretiva, dentre as quais poderá constar a possibilidade de intervenção. A respeito do instituto da intervenção, assinale a alternativa correta segundo as disposições da Constituição Federal de 1988 e a interpretação atual e consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre o tema:

- a) Os Municípios situados no âmbito dos Estados-membros não se expõem à possibilidade constitucional de sofrerem intervenção decretada pela União Federal, eis que, relativamente a esses entes municipais, a única pessoa política ativamente legitimada a neles intervir é o Estado-membro.
- b) Apenas é autorizada a intervenção do Estado-membro no Município, em relação ao não pagamento, sem motivo de força maior, da dívida fundada, quando o inadimplemento seja igual ou superior a cinco anos consecutivos, em razão da aplicação da regra de prescrição do Código Tributário Nacional.
- c) É permitida a intervenção do Estado-membro no Município para prover a execução de lei, de ordem ou de decisão judicial, salvo as determinações do Poder Judiciário a respeito da ordem de precedência cronológica do pagamento de precatórios, cujo desrespeito não autoriza intervenção por se tratar de decisão meramente administrativa.
- d) É cabível a interposição de recurso extraordinário contra acórdão de Tribunal de Justiça que defere pedido de intervenção estadual em Município, por possuir natureza jurisdicional e não apenas de ato político-administrativo, conforme súmula 637 do Supremo Tribunal Federal.

---

25. A tutela de execução em que a Fazenda Pública figure como ré rege-se por normas especiais ao procedimento aplicados aos casos em que não há a presença do ente público. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) As execuções por quantia certa contra a Fazenda Pública seguirão o rito da Lei 6.830/80, o qual se aplica a todos os entes políticos e às entidades da Administração Indireta cuja personalidade jurídica seja de direito público.
- b) As execuções por quantia certa contra a Fazenda Pública seguirão o rito próprio previsto nos artigos 730 e 731 do Código de Processo Civil, o qual se aplica a todos os entes políticos e às entidades da Administração Indireta cuja personalidade jurídica seja de direito público.
- c) Não é cabível a propositura de execução por título extrajudicial contra a Fazenda Pública, em razão da determinação de pagamentos pelo regime de precatórios, o que é incompatível com a possibilidade de penhora de bens do devedor.

d) As execuções por quantia certa contra a Fazenda Pública seguirão o rito próprio previsto nos artigos 730 e 731 do Código de Processo Civil, aplicando-se a ele, subsidiariamente, as disposições da Lei 6.830/80, sendo certo que este procedimento não é estendido às autarquias e fundações públicas, mas apenas à Administração Direta.

---

26. A ação civil pública é disciplinada pela Lei 7.347/85 e visa à responsabilização por danos morais e patrimoniais quando estejam envolvidos interesses difusos e coletivos. Sobre o tema, julgue a verdade (V) ou falsidade (F) dos itens abaixo e, após, assinale a alternativa correta.

I- Não será cabível ação civil pública para veicular pretensões sobre tributos, contribuições previdenciárias e FGTS- Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, cujos beneficiários possam ser individualmente determinados.

II- As ações civis públicas serão propostas, regra geral, no foro de domicílio do réu.

III- Qualquer cidadão possui capacidade processual ativa e, portanto, está legitimado para propor a ação civil pública.

IV- Havendo acordo ou condenação com fundamento em dano causado por ato de discriminação étnica, o valor da condenação será revertido para ações de promoção da igualdade étnica.

- a) V, F, F, V
  - b) F, F, V, V
  - c) V, F, V, V
  - d) F, F, F, V
- 

27. A ação popular possui como finalidade última a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público e rege-se pelas disposições da Lei 4.717/65. A respeito do tema, é correto afirmar:

a) A ação popular possui sua legitimidade ativa restrita ao Ministério Público, Defensoria Pública, entes da administração direta e indireta e associação constituída há pelo menos 1 (um) ano nos termos da lei civil.

b) Qualquer cidadão será parte legítima para pleitear a anulação ou a declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público, bastando que comprove a cidadania por meio do título eleitoral, ou documento que a ele corresponda.

c) A propositura de ação popular não se aplica aos atos praticados no âmbito de sociedade de economia mista ou empresa pública, ainda que o tesouro público haja concorrido ou concorra para formação de seu patrimônio.

d) A ação para declaração de nulidade ou anulação dos atos lesivos ao patrimônio público previstos na Lei 4.717/65 encontra-se no estrito rol de direitos imprescritíveis; deste modo, não há prazo para a propositura da ação popular.

---

28. A respeito do tratamento jurídico os bens públicos, julgue a verdade (V) ou falsidade (F) dos itens abaixo:

I- Segundo a jurisprudência majoritária do STJ, são impenhoráveis os bens de sociedade de economia mista prestadora de serviço público, desde que destinados à prestação do serviço ou que o ato construtivo possa comprometer a execução da atividade de interesse público.

II- Os bens públicos dominicais são imprescritíveis, impenhoráveis e inalienáveis.

III- A alienação de bens públicos imóveis da administração direta depende de lei autorizativa, avaliação prévia e licitação.

- a) F, V, V
  - b) V, V, V
  - c) F, F, V
  - d) V, F, V
- 

29. As obras, serviços, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, serão necessariamente precedidas de licitação. Todavia, a Lei 8.666/93 prevê hipóteses de dispensa e de inexigibilidade do processo licitatório. Sobre o tema, assinale a alternativa correta, segundo as disposições da Lei 8.666/93, a respeito das hipóteses de inexigibilidade e dispensa de licitação:

a) É inexigível a licitação para contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

b) É inexigível a licitação na contratação de fornecimento ou suprimento de energia elétrica e gás natural com concessionário, permissionário ou autorizado.

c) É inexigível a licitação nas compras de hortifrutigranjeiros, pão e outros gêneros perecíveis, no tempo necessário para a realização dos processos licitatórios correspondentes, realizadas diretamente com base no preço do dia.

d) É inexigível a licitação para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia.

30. A Constituição Federal de 1988 dispõe sobre a organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, na qual estão compreendidos os Municípios. O IBGE\* prevê que o Município de Marialva possui, atualmente, uma população de 31.959 habitantes; deste modo, considerando-se este dado como verdadeiro, é INCORRETO afirmar, à luz das disposições constitucionais sobre o tema, que:

\*Fonte: <http://cod.ibge.gov.br/1NFS>. Acesso em 19/08/2015

- a) A composição da Câmara Municipal de Marialva poderá contar com até 13 (treze) Vereadores, em razão do limite aplicável aos municípios que possuam faixa populacional de 30.000 (trinta mil) até 50.000 (cinquenta mil) habitantes.
- b) O subsídio do Prefeito será fixado por lei de iniciativa da Câmara Municipal, sendo certo que a remuneração dos demais agentes políticos não poderá exceder o subsídio mensal, em espécie, que lhe for atribuído.
- c) O subsídio dos Vereadores será fixado pela respectiva Câmara Municipal em cada legislatura para a subsequente, não podendo superar, no caso de Marialva, 30% (trinta por cento) do subsídio máximo dos Deputados Estaduais.
- d) O total da despesa com Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 10% (dez por cento) da receita do município, em razão do limite constitucional de gastos com pessoal.

---

31. A proibição do preenchimento de cargos em comissão por cônjuges e parentes de servidores públicos é medida que homenageia e concretiza o princípio da moralidade administrativa, o qual deve nortear toda a Administração Pública, segundo o teor da Súmula 13 do STF, não podem ser nomeados para o exercício de cargo em comissão ou de confiança ou, ainda, de função gratificada na administração pública direta e indireta em qualquer dos Poderes:

- a) o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o quarto grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
- b) o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.
- c) o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

d) apenas o cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, até o segundo grau, inclusive, da autoridade nomeante ou de servidor da mesma pessoa jurídica investido em cargo de direção, chefia ou assessoramento.

---

32. Os agentes públicos, por serem integrantes da administração pública, devem obediência aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, previstos no artigo 37 da Constituição Federal. O princípio da moralidade está eminentemente ligado ao dever de probidade; deste modo, a respeito do tratamento da improbidade administrativa previsto na Lei 8.429/92, assinale a alternativa correta:

- a) A responsabilização do agente público por ato de improbidade administrativa apenas ocorrerá nos casos de ação ou omissão dolosa que provoque danos ao patrimônio público, não prevendo, a lei, responsabilização do agente por conduta culposa.
- b) A aplicação das sanções previstas na lei independe da aprovação ou rejeição das contas públicas pelo órgão de controle interno ou pelo Tribunal ou Conselho de Contas.
- c) A lei de improbidade administrativa possui cunho civil, prevendo apenas a pena de ressarcimento pelos danos provocados ao erário, não prevendo a aplicação de pena de perda da função pública ou suspensão de direitos políticos ao agente.
- d) Para a configuração dos atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública é indispensável a comprovação de efetivo prejuízo aos cofres públicos.

---

33. A Constituição Federal de 1988 prevê a competência tributária dos entes federativos, atribuindo aos Municípios a competência para a instituição de impostos sobre a propriedade predial e territorial urbana (IPTU). A respeito do IPTU, considerando-se o tratamento legal e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A majoração do IPTU não depende de edição de lei em sentido formal, podendo ser realizada por ato do Poder Executivo.
- b) A Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, não goza de imunidade tributária relativa a imposto incidente sobre a propriedade, por se tratar de pessoa jurídica de direito privado.
- c) Antes da EC 29/200 apenas era constitucional a tributação progressiva, com fins extrafiscais, baseada na capacidade contributiva ou na seletividade e, após a referida emenda, passou a ser prevista, também, a seletividade com objetivo de cumprimento da função social da propriedade.



d) É inconstitucional a lei municipal que tenha estabelecido, antes da EC 29/2000, alíquotas progressivas para o IPTU, salvo se destinada a assegurar o cumprimento da função social da propriedade urbana.

---

34. O Código Tributário Nacional (CTN) designou o Título II de seu Livro Segundo para tratar da obrigação tributária. A respeito do tema e considerando as disposições estritas da lei, julgue a verdade (V) ou falsidade (F) dos itens abaixo e, após, assinale a alternativa correta:

I- A obrigação acessória, pelo simples fato de sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente a penalidade pecuniária.

II- A interrupção da prescrição contra um dos obrigados solidários prejudica aos demais, porém, caso se dê a favor, apenas aproveitará àquele que lhe deu causa.

III- A pessoa natural ou jurídica que adquire de outro estabelecimento comercial e continue a respectiva exploração responderá pelos tributos relativos ao estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato, subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração da atividade no mesmo ramo de comércio, dentro de 06 (seis) meses a contar da alienação.

- a) F, V, V
- b) V, F, V
- c) V, V, V
- d) V, F, F

35. De acordo com a Constituição brasileira de 1988, assinale a alternativa correta em relação à incumbência do Poder Público para a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.

a) Proteger a fauna e a flora, permitidas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade.

b) Promover a educação ambiental em nível Universitário de ensino apenas e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

c) Preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais e prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas.

d) Incentivar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias transgênicas, mesmo que impliquem risco para a vida, mas que assegurem a qualidade de vida e o meio ambiente.

36. Em relação à tutela Constitucional do meio ambiente, assinale a alternativa correta.

a) A Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal Mato-grossense e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais.

b) A localização das usinas nucleares será definida por lei dos Estados-membros.

c) Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público exclusivamente o dever de defendê-lo e explorá-lo.

d) é competência exclusiva da União legislar sobre florestas, caça, pesca, fauna, conservação da natureza, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.

---

37. Acerca dos recursos eleitorais, assinale a alternativa correta.

a) Sempre que a lei não fixar prazo especial, o recurso deverá ser interposto em cinco dias da publicação do ato, resolução ou despacho.

b) Os recursos eleitorais não terão efeito suspensivo.

c) Os prazos para interposição de recursos não são preclusivos, salvo quando neste se discutir matéria constitucional.

d) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da posse.

---

38. De acordo com a Constituição Federal, NÃO podem alistar-se como eleitores os:

a) Analfabetos.

b) Maiores de 16 anos e menores de 18 anos.

c) Conscritos, durante o período de serviço militar obrigatório.

d) Maiores de 70 anos.

---

39. De acordo com a Constituição Federal de 1988, são elegíveis os brasileiros a partir dos:

a) 16 anos para vereador.

b) 18 anos para Deputado Estadual, Federal e Prefeito.

c) 21 anos para Prefeito e vice-prefeito.

d) 35 anos para Senador, Presidente da República e Juiz de paz.

40. Acerca dos direitos políticos previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.

- a) condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos é causa de cassação de direitos políticos.
- b) A prisão civil é causa de cassação de direitos políticos.
- c) recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII é uma das causas de suspensão ou perda de direitos políticos.
- d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra no ano da data de sua vigência

---

41. São pessoas jurídicas de direito público interno:

- a) Associações públicas.
- b) Sociedades.
- c) Partidos políticos.
- d) Organizações religiosas.

---

42. Em relação à prescrição, assinale a alternativa correta.

- a) Não corre a prescrição contra os que se acharem servindo nas Forças Armadas, mesmo em tempo de paz.
- b) Não corre a prescrição contra os ausentes do País em serviço privado.
- c) Prescreve em cinco anos a pretensão de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular.
- d) A interrupção da prescrição por um dos credores solidários não aproveita aos outros.

---

43. São causas de transmissão da obrigação:

- a) Consignação em pagamento.
- b) Sub-rogação em pagamento.
- c) Assunção da dívida.
- d) Imputação em pagamento.

---

44. Em relação ao direito das obrigações, assinale a alternativa correta.

- a) Na obrigação de dar coisa incerta, antes da escolha, poderá o devedor alegar perda ou deterioração da coisa, ainda que por força maior ou caso fortuito.
- b) Na obrigação de fazer, se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, responderá por perdas e danos.
- c) Nas obrigações alternativas, a escolha cabe ao credor, se outra coisa não se estipulou.
- d) A obrigação de dar coisa certa abrange os acessórios dela embora não mencionados, salvo se o contrário resultar do título ou das circunstâncias do caso.

45. Dentre as hipóteses abaixo, assinale aquela que NÃO configura aquisição de propriedade imóvel de acordo com o Código Civil.

- a) Aluvião.
- b) Avulsão.
- c) registro do título translativo no Registro de Imóveis.
- d) Anticrese.

---

46. De acordo com o Código penal, considera-se Peculato:

- a) Retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- b) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
- c) Exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumí-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- d) Solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumí-la, mas em razão dela, vantagem indevida, ou aceitar promessa de tal vantagem.

---

47. Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração pública, valendo-se da qualidade de funcionário, é o tipo penal de qual dos crimes abaixo indicados:

- a) Advocacia administrativa.
- b) Peculato.
- c) Concussão.
- d) Corrupção ativa.

---

48. De acordo com a lei 8.666/93, considera-se crime:

- a) A dispensa da licitação nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.
- b) Dispensar ou inexigir licitação nas hipóteses previstas em lei.
- c) Patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a Administração, dando causa à instauração de licitação ou à celebração de contrato, cuja invalidação vier a ser decretada pelo Poder Judiciário.
- d) Não admitir à licitação ou celebrar contrato com empresa ou profissional declarado inidôneo, quando obtiver o melhor preço ou serviço.

49. Dentre as hipóteses abaixo indique a única que NÃO configura excludente de ilicitude de acordo com o Código Penal brasileiro.

- a) Estado de necessidade.
- b) Legítima defesa.
- c) Erro plenamente justificado pelas circunstâncias.
- d) Estrito cumprimento do dever legal.

50. Uma das características dos impostos é a não vinculação de sua receita a órgão, fundo ou despesa, salvo nas hipóteses ressalvadas pela própria Constituição Federal de 1988. A respeito das ressalvas constitucionais que viabilizam a vinculação da receita de impostos, é correto afirmar que:

- a) A União deverá aplicar, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, Distrito Federal e Municípios vinte por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, não compreendida a proveniente de transferências, para a manutenção e desenvolvimento do ensino.
- b) A União deverá aplicar, anualmente, nunca menos de quinze, e os Estados, Distrito Federal e Municípios vinte por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, para a manutenção e desenvolvimento do ensino.
- c) A União deverá aplicar, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, Distrito Federal e Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

d) A União deverá aplicar, anualmente, nunca menos de quinze, e os Estados, Distrito Federal e Municípios vinte por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, não compreendida a proveniente de transferências, para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

## GABARITO

PREENCHA SUAS RESPOSTAS NO QUADRO ABAIXO E DESTAQUE NA LINHA PONTILHADA

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15
16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30
31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45
46	47	48	49	50										